



SENADO FEDERAL

COMISSÃO SENADO DO FUTURO

PAUTA DA 10ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**10/08/2017
QUINTA-FEIRA
às 18 horas**

Presidente: Senador Hélio José

Vice-Presidente: Senador Wellington Fagundes



Comissão Senado do Futuro

**10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/08/2017.**

10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 18 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Debater o futuro da democracia no Brasil: O trabalho da Fundação Astrojildo Pereira, a democracia dos nossos tempos e o dilema da sua construção no nosso país.	6

COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

PRESIDENTE: Senador Hélio José

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes

(11 titulares e 11 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
		PMDB	
Valdir Raupp(3)	RO (61) 3303-2252/2253	1 Kátia Abreu(6)	TO (61) 3303-2708
Hélio José(3)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	2 VAGO	
João Alberto Souza(3)(6)(9)	MA (061) 3303-6352 / 6349	3 VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Fátima Bezerra(PT)(1)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682	1 Gleisi Hoffmann(PT)(1)	PR (61) 3303-6271
Lindbergh Farias(PT)(1)	RJ (61) 3303-6427	2 Humberto Costa(PT)(1)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Paulo Paim(PT)(1)	RS (61) 3303-5227/5232	3 Paulo Rocha(PT)(1)	PA (61) 3303-3800
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)			
Davi Alcolumbre(DEM)(4)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722	1 Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE (61) 3303-1306/4055
Dalírio Beber(PSDB)(7)	SC (61) 3303-6446	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(7)	PA (61) 3303-2342
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Roberto Muniz(PP)(11)	BA (61) 3303-6790/6775	1 Otto Alencar(PSD)(11)	BA (61) 3303-1464 e 1467
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
Cristovam Buarque(PPS)(2)	DF (61) 3303-2281	1 VAGO	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
Wellington Fagundes(PR)(5)	MT (61) 3303-6213 a 6219	1 VAGO(5)(10)	

- (1) Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- (3) Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- (4) Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- (5) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- (6) Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- (7) Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- (8) Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- (9) Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- (10) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (11) Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:

SECRETÁRIO(A): RAYMUNDO FRANCO DINIZ

TELEFONE-SECRETARIA: 61 33034440

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:

E-MAIL: csf@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 10 de agosto de 2017
(quinta-feira)
às 18h**

PAUTA
10ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Retificações:

1. Atualização de Local (04/08/2017 09:04)

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Debater o futuro da democracia no Brasil: O trabalho da Fundação Astrojildo Pereira, a democracia dos nossos tempos e o dilema da sua construção no nosso país.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RFF 2/2017](#), Senador Hélio José

Convidados:

Sr. Alberto Aggio

- Professor da Universidade Estadual Paulista – UNESP

Sr. Luiz Sérgio Henriques

- Tradutor e Articulista do O Estado de São Paulo

Sr. Caetano Araujo

- Consultor do Senado Federal.

Sr. Carlos Alberto Torres

- Prof. da Universidade de Brasília UnB.

1

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2017 - CSF

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater as políticas relacionadas ao futuro da democracia no país, que se orientem ao fortalecimento da participação direta da sociedade na formulação de leis, de políticas públicas e na administração das instituições públicas, observando quais os obstáculos para o desenvolvimento dos preceitos constitucionais relacionados à democracia direta e à democracia participativa, quais as medidas necessárias para que a legislação e as práticas institucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) sejam aprimoradas e quais as propostas que podem ser feitas para garantir a democratização da democracia na reforma política e eleitoral e na legislação relacionada à organização do Estado, à institucionalidade das políticas públicas e ao controle social quer das instituições, quer das políticas públicas, respeitando as opiniões majoritárias assim como garantindo os direitos das minorias e segmentos sociais vulneráveis. Para tanto devem ser convidadas, entre outras, as seguintes entidades: a Fundação Ulysses Guimarães – PMDB; a Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini – PDT; o Instituto Teotônio Vilela – PSDB; a Fundação Astrojildo Pereira – PPS; a Fundação Maurício Grabóis – PCdoB; a Fundação Perseu Abramo – PT; a Fundação Álvaro Valle – PR; a Fundação Lauro Campos – PSOL; a Fundação Liberdade e Cidadania – DEM; o Instituto José Luiz e Rosa Sundermman – PSTU; o Instituto Democracia e Sustentabilidade – REDE; a Fundação João Mangabeira – PSB; a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE; a Associação Brasileira de ONGs – ABONG; o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE; o Conselho Nacional de Igrejas Cristã do Brasil – CONIC; o Conselho

Nacional do Laicato do Brasil – CNLB; a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; a Marcha Mundial das Mulheres; a União Brasileira de Estudantes – UNE; a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; a Central Única dos Trabalhadores – CUT; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; a Força Sindical – FS; a União Geral de Trabalhadores - (Brasil) – UGT; Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Universidade de Brasília; o jurista Fábio Konder Comparato; SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia; Centro Feminista de Estudos – CFEMEA; Deputada Luiza Erundina; Deputado Vicente Cândido; Deputado Lúcio Vieira Lima; o Professor José Geraldo de Sousa Júnior, do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília; Ministério Público Eleitoral; e a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do Tribunal Superior Eleitoral; Dr. Sergio Abranches, sociólogo e comentarista da CBN; Prof. Dr. José Álvaro Moisés, professor titular da Universidade de São Paulo; Prof. Dr. Sérgio Adorno, membro do conselho do Instituto de Estudos Avançados e professor titular da Universidade São Paulo; Dr. Sérgio Fausto, Superintendente da Fundação Fernando Henrique Cardoso; Dr. Franklin Costa, Subprocurador da República; Dr. Rodrigo Janot, Procurador Geral da República; Ministros do STF; e outros indicados pelos Senadores.

JUSTIFICAÇÃO

O processo de transição entre a ditadura e a democracia, no Brasil, teve um forte acelerador no movimento “Diretas-Já” nos fins de 1983 e início de 1984. A democracia e as liberdades democráticas reapareceram como elementos essenciais da vida social no Brasil. Um país que teve, ao longo de sua história política, poucos momentos democráticos.

A transição se completou com a Constituinte, em 1987-1988, mesmo não havendo uma superação efetiva da ditadura, em instituições importantes, em um conjunto significativo de leis e na prática do Estado em vários de seus setores.

A Constituição deu ao ordenamento jurídico e trouxe às expectativas sociais a ideia de democracia como um processo articulado entre formas

variadas de exercício cidadão. A República constitui-se como Estado Democrático de Direito (art. 1º) e o poder é exercido por meio de representantes eleitos ou diretamente. As duas situações são representações da ruptura com o passado, mas só se manifestam na forma de um processo que tem o potencial de ir construindo a democracia. Um exercício nada fácil para uma sociedade construída a partir do Estado (Raymundo Faoro) e de um Estado construído a partir da exclusão social permanente (Darcy Ribeiro e Herbert de Sousa).

A ampliação dos direitos e a legitimação de atores sociais antes excluídos e marginalizados da vida política formal, deu ao processo pós-constituente a forma de um duro aprendizado, com altos e baixos, muitas vezes dependentes das condições econômicas e da articulação de interesses sociais e políticas conflitantes.

A cada passo no sentido de democratizar a democracia, pressões contrárias apareciam e aparecem, não dando ao futuro a condição de resultado linear de um processo contínuo e permanente.

Por isso é oportuno e necessário, neste momento de crises sobrepostas, que se descortine cenários de desenvolvimento da institucionalidade política nacional que possam configurar alternativas possíveis de serem construídas para a preservação da democracia como processo de integração, de inclusão e de participação efetiva da cidadania.

A proposição que se apresenta é para que Audiências Públicas sejam realizadas para que se tenha um panorama o mais completo possível da complexidade social, cultural, institucional, jurídica e política do processo vivido pelo Brasil e as perspectivas para as próximas décadas, com a possibilidade de se apontar ações, proposições legislativas e ideias que ajudem o Senado Federal a atuar.

Devem ser constituídos debates com organizações sociais de caráter nacional e regional que tenham se preocupado em apresentar propostas para garantir a democracia política no país, como o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, o

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, a Articulação de Mulheres Brasileiras entre outros atores. Ao mesmo tempo em que se deve organizar o debate com a participação de estudiosos, pesquisadores e acadêmicos, outro com setores da sociedade que produzem propostas de incorporação de cidadãos e cidadãs tradicionalmente excluídos ou marginalizados no processo político-eleitoral, como mulheres, indígenas, negros, ribeirinhos, quilombolas etc. Devendo-se também articular a possibilidade de, a partir dos debates iniciados, identificar outros atores e agendas novas que se constroem no país na perspectiva de aprofundar a experiência democrática.

Sala da Comissão,

Senador *HÉLIO JOSÉ*